

DAS CRENÇAS ÀS DEMONSTRAÇÕES: SOCIEDADE E DISCURSO FICCIONAL

Umberto Eco de Souza

BRUFF - Letras

IMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.

Não faz muito tempo, um jornal norte-americano, na introdução a uma entrevista concedida por Umberto Eco, salientava que o autor, antes do salto para a fama internacional propiciado pelo seu romance *O nome da rosa*, era conhecido apenas no círculo estreito de sua especialidade, a Semiologia, definida pelo jornal como "protociência entendida só por umas poucas centenas de pessoas em todo o mundo". Pelo caráter vagamente aproximativo — quando não desinibidamente chutativo — inevitável nas informações dos *media*, talvez se tenha subestimado a quantidade dos interessados em Semiologia. É certo porém que o provável exagero da imprensa não impede que se reconheça, a partir do exemplo dado, o grande isolamento do trabalho intelectual especializado.

Esta é a lembrança que nos ocorre ao começarmos a escrever sobre *Sociedade e discurso ficcional*, um livro de especialista. Pois Luiz Costa Lima há muito se tornou conhecido entre profissionais universitários da área de ciências humanas, particularmente entre os dedicados à teoria da literatura, setor de onde deriva e para onde converge seu empenho no trabalho intelectual. À nossa lembrança sobre o caráter especializado da obra em apreço logo se associa uma dificuldade: a de tecer um comentário a seu respeito pertinente à proposta de *Matraga*, que é o estímulo ao interesse pela leitura independentemente dos limites entre as especializações.

Esse compromisso — de estimular à leitura — de modo algum implica transformar o comentário numa exortação ao consumo, que ressalte ser o livro legível por todos, fácil, assimilável, etc., etc. E, caso isso não esteja evidente desde logo, iniciemos por dizer que se trata de um texto difícil.

Difícil, de saída, porque se reveste de caráter marcadamente crítico, no sentido de investir o tempo todo contra aquelas noções mais amplamente aceitas como verdades nas áreas submetidas à pesquisa,

mas, ainda, no sentido de que os ensaios progredem de um problema — normalmente detectado onde a rotina só deixa ver a solução — a novos problemas, nunca a soluções apenas apaziguadoras, abrindo-se por conseguinte para a necessidade de novas perquirições, que prossigam questionando o estabelecido. Difícil, também, como é natural, pelo fato de acionar uma terminologia especializada de amplo espectro, transitando assim por inúmeros domínios do saber — filosofia, lingüística, semiologia, psicanálise, teoria da literatura, história, sociologia, antropologia, epistemologia — cujas conexões progressivamente vão-se revelando.

Mas com esse refrão — "difícil" — não estaremos antes desestimulando do que estimulando à leitura, traídos por nosso repúdio de exortar ao consumo? Na suposição de que assim pode ser, destacamos elemento inverso, retomando um aspecto do último fator de dificuldade referido: a pluralidade de domínios pelos quais se movimentou o ensaísta. É por aí que vislumbramos o interesse mais amplo que a obra desperta, pois, apesar dos termos do título — "sociedade" e "discurso ficcional" —, é certo que seu público não é restrito a cientistas sociais e teorizadores da literatura. E isto porque, além da extensão dos problemas tratados ao âmbito de outras especialidades, alguns capítulos se concentram em temas de alcance cultural irrestrito, isto é, transbordantes dos limites das especializações em que emergem. Está nesse caso um dos motivos condutores do texto: a pesquisa sobre a formação e a consolidação do sentimento (será adequada a palavra?) de individualidade, conceito cuja discussão em muito contribui para compreendermos melhor a ordem social contemporânea, tão marcada por traços decorrentes do individualismo. Encontra-se também nesse caso a problematização predominantemente política e histórica da realidade social latino-americana, articulando-se — contra o tradicional mútuo desconhecimento — os segmentos hispânico e brasileiro, questão que, muito mais do que apenas interessante, chega a ser de colocação premente, vista a intensificação da tragédia da América Latina nestes tempos áspers de saturação do novo pacto colonial.

Quanto aos diversos capítulos que compõem o livro, apesar dos múltiplos problemas considerados e da amplitude da faixa cronológica em que se situam — pelo menos, da Baixa Idade Média aos tempos de hoje —, é de se realçar que um fio lhes costura com vigor a unidade. Pois em todos, como aliás o autor frisou em sua Nota introdutória, modula-se o debate de um só tema — em seus termos, "mimese-discurso ficcional — seu surgimento e controle" —, de que derivam, entre outros, a "significação histórica da individualidade" e a "comunicação no discurso ficcional". E, já que falamos da articulação entre os capítulos, e conservando a linha de assinalar a legibilidade por não-especialistas, façamos alguns destaques. Provavelmente, o capítulo que mais agradará ao leitor é o intitulado "Júbilos e misérias do pequeno eu", estudo sobre a autobiografia conduzido de modo tão criativo

quanto apurado em sua elaboração verbal. Em segundo lugar, pelo critério da generalidade do interesse, apontaríamos "Literatura e sociedade na América Hispânica", em que, apesar do título, se faz um contraponto com o caso brasileiro, senão a absorção dele no quadro mais geral da formação social latino-americana. Aqui, embora o problema discutido se encaminhe para um equacionamento que diz respeito mais de perto aos estudiosos de literatura, outros leitores poderão ater-se à longa subseção chamada "Aspectos da sociedade latino-americana", a cujo amplo interesse já nos referimos linhas atrás. Finalmente, pode-se dizer que os demais capítulos — "História e viagem de um veto", "Documento e ficção", "Um conceito proscrito: mimese e pensamento de vanguarda", "Auerbach: história e metaistória" — se destinam muito mais a leitores especializados.

Até aqui, limitamo-nos a uma apresentação predominantemente descritiva, eximindo-nos também, pela razão declarada, de entrar em discussões mais técnicas sobre os problemas tratados. Agora, assumindo talvez o papel dos "vigilantes resenhadores" aos quais o autor se refere (p. 217) com pronunciada prevenção (justificada?), vamos — usando expressão de M. Cavalcanti Proença — catar "piolhos na juba do leão".

Não poucas vezes o leitor mais atento se espantará com certas... digamos, "bizarrias sintáticas", do mesmo modo como esbarrará com algumas invenções léxicas no mínimo desnecessárias. Não nos parece o caso de apontá-las aqui; deixemos por conta de quem leia. Acrescentemos apenas que essa observação não encerra censura de natureza gramatical ou beletrística. Isso porque, se em certas ocasiões as derrapagens verbais apenas enxovalham a elegância, em outras elas comprometem a funcionalidade comunicativa. Somos tentados a achar que o autor, no afã de que não esqueçam o que diz, enfeia suas frases para se livrar do destino que supõe ter sido o de Valéry: "É como se a dicção valeryana houvesse impressionado por seu magnífico torneio, por sua esmerada construção e que sua perícia verbal houvesse provocado o esquecimento do que dizia." (p. 191.) No entanto, no plano da fatura verbal e no da técnica expositiva, de modo algum acharemos apenas senões. Em contraste que surpreende, encontramos também, para nos servirmos dos termos com que brinda a Valéry, o "magnífico torneio", a "esmerada construção". cremos inclusive que não será despropositado afirmar que muito do processo de construção do livro se deixa esclarecer pelas qualidades apontadas para o texto de Auerbach, presentes no amoroso capítulo dedicado àquele autor alemão. Pois não se aplicaria ao seu próprio processo, entre outras observações, a citação que faz a propósito do caráter estético da obra mais conhecida de Auerbach — "Temos estruturas complexas de contraste e expansão, a variação perspectívica e a progressão de um tema." (p. 378) — ?

Por fim, anotemos ainda o seguinte. Frequentemente, na condução de seu raciocínio, o autor se serve de termo caro aos matemáticos:

demonstração. Não basta, reitera ele, fazer afirmações, é preciso demonstrar o que se diz. O contrário dessa transparência demonstrativa, tão mais necessária quanto mais obscuros os objetos a que se aplica, constitui o que chama *atos de crença*, dos quais só uma espécie de ascese intelectual nos pode livrar (entre parênteses, assinala-se uma curiosidade: que a religiosa palavra *ascese* freqüente o vocabulário de um pensador tão infenso a crenças). De nossa parte, e af se insinua a posição do especialista, independentemente de pontos de vista teóricos, ressaltamos esse — vá lá a palavra — ascético elogio da via demonstrativa, saudável exercício num campo de estudos onde muitos encontrem a indigência conceitual com meras manobras de suposto brilho retórico. E são justamente esses crentes e cultores de palavras vazias que quase sempre se recusam ler e estudar os livros que demonstram, limitando-se a tachá-los, simplória e comodamente, de herméticos ou mal escritos.

COMENTÁRIOS CRÍTICOS^(*)

Dentro do amplo espectro de sugestões que oferece a problemática abordada por Luiz Costa Lima em Sociedade e Discurso Ficcional, desejo me ater à perspectiva latino-americana e partir da afirmação da p. 179, no final do capítulo II: "É que Rulfo pratica a ficção sem culpa. Sem culpa porque, para ele, não há veto à ficção. Resta saber quando os críticos latino-americanos aprenderão a fazê-lo em seu próprio ofício." Teríamos então uma independência da ficção latino-americana que não é acompanhada da independência da crítica latino-americana, sufocada pelo superego colonial. Nada mais verdadeiro, nada mais doloroso, a meu ver, para o escritor que atua nesse contexto.

Costa Lima analisa com acuidade a formação histórica do escritor latino-americano e a conseqüente dominância da literatura documental, que indistingue função estética e função política. A consciência política e a culpa social do escritor latino-americano produzia um outro superego que sufocava a manifestação mais livre da fantasia, a dominância da ficção. É o que se rompe em 1949, com a publicação de El reino de este mundo, de Alejo Carpentier, que inaugura o que a crítica européia vem chamando, desconfortavelmente, de realismo mágico ou realismo fantástico. E, contraface do desconforto, o sucesso, o fascínio da liberação ficcional. Outras formas de pensar e sentir, não cartesianas e não bergsonianas, irrompem na própria tessitura do discurso ficcional, invadem a palavra do escritor, não mais observador "isento" e/ou "partidário" de uma realidade documentável. E Costa Lima saúda o resgate do imaginário na literatura contemporânea, sua riqueza, sua excelência sobre os padrões literários desgastados, decadentes, da metrópole.

Gostaria de ponderar um aspecto dessa independência da ficção através da liberação do imaginário. Conforme é estudado pelo próprio

Costa Lima, o escritor latino-americano do século XIX, notadamente o romântico, se engajava num duplo compromisso de expressar a identidade cultural nacional como projeto ligado à independência de seu país e de seguir as recomendações da metrópole europeia quanto às vantagens de documentar a América Latina a fim de saciar a voracidade de exotismo do Velho Mundo. Frequentemente me pergunto se não estaríamos reeditando, ao estilo da nossa época, esse duplo compromisso com a nação independentizante e com a metrópole, ao oferecer ao leitor europeu a nossa liberação do imaginário – perdoável aos povos mestiços do Terceiro Mundo, no seu primarismo ingênuo – para que ele, sim, através de nós, pudesse usufruir “sem culpa” dos territórios mentais, afetivos e sensoriais que estão além dos limites da lógica e da psicanálise, seus dois sistemas opostos e radicais de controle.

Desde a publicação de *Mímesis e Modernidade* (1980), o pensamento de Luiz Costa Lima vem diversificando seus focos de interesse. Anteriormente, sua obra desenvolvia-se fundamentalmente enquanto exercício de crítica literária e de busca explícita de sistemas teóricos que embasassem e direcionassem este exercício. Ao longo dos anos 60 e 70, Costa Lima construiu uma das obras que mais contribuiu para o desenvolvimento de uma reflexão universitária interdisciplinar no Brasil. Como especialista em questões literárias, Costa Lima foi quem mais fundo levou a articulação entre o imanentismo e as aquisições dos pensamentos sociológico, antropológico e psicanalítico. A presença polêmica de Costa Lima no contexto intelectual brasileiro dos anos 70 deveu-se às suas concepções sobre teoria, e à própria ênfase na necessidade de teoria, num momento em que de maneira caótica e confusa já se criava um ambiente favorável às concepções desconstrucionistas. *Mímesis e Modernidade* representa na obra de Costa Lima ao mesmo tempo o coroamento e o projeto de superação da perspectiva imanentista. O resgate do par semelhança/diferença na definição de mimesis, junto com o estudo densamente contextualizado de alguns dos poetas fundamentais da modernidade ocidental, já revela uma ênfase no pólo da circulação do objeto estético que aponta para uma perspectiva comunicacional, interacional, neo-historicista.

A partir daí, o interesse de Costa Lima volta-se cada vez mais para a história literária, como fica evidente em *O Controle do Imaginário* (1984), e agora, também para a literatura comparada, como se vê em *Sociedade e Discurso Ficcional* (1986), continuação de *O Controle*.

Atendo-nos à problemática da disciplina histórica, observamos que, no estágio atual de seu pensamento, Costa Lima está mais voltado para o exercício da interpretação histórica tout court, do que para a explicitação das noções de teoria historiográfica que sustentam tal exercício. Sem descartar a pertinência e a importância das questões le-

vantadas por Costa Lima a partir da análise que faz do material selecionado, parece-nos que a metodologia por ele empregada encontra-se excessivamente centrada numa concepção que tende a ver o problema histórico como explicável a partir da identificação de uma estrutura básica de recalque que ordenaria e hierarquizaria a totalidade dos jogos de forças (no caso, forças discursivas) envolvidos no campo posto sob exame. O resultado mais visível desta concepção é tornar linear, unívoco e sistêmico o que se pretendia (ou se deveria, a meu ver) definir como descontínuo, plurívoco, instavelmente hierarquizado e pereneamente conflituado. Perde-se assim de vista que as críticas ao iluminismo e ao historicismo oitocentista (endossadas por Costa Lima) colocam para a disciplina histórica o desafio de realizar-se mantendo metodicamente sob suspeita a vontade de sistema.

(*) Comentários feitos quando do lançamento do livro em questão na UERJ (11/11/86), em mesa redonda da qual também participaram Orlando Pires e Ivo Barbieri.